

# Guiné-Bissau: Segurança, Soberania e Cooperação no Espaço Lusófono

Mário Leston

*Ministério da Defesa Nacional – Marinha.*

## Resumo

A Guiné-Bissau constitui um caso paradigmático de fragilidade estatal na África Ocidental, caracterizado por instabilidade político-institucional recorrente e limitada capacidade de projeção de soberania. Este artigo analisa a relação entre fragilidade estatal e soberania marítima, avaliando o papel da cooperação lusófona na reforma do setor da segurança. Através de uma metodologia qualitativa baseada em análise documental, revisão bibliográfica e observação participante, argumenta-se que a incapacidade de controlo da Zona Económica Exclusiva (ZEE) constitui um fator estrutural de vulnerabilidade. Conclui-se que a cooperação lusófona poderá contribuir para a estabilização, desde que integrada numa abordagem multilateral e articulada com mecanismos de governação democrática.

**Palavras-chave:** Guiné-Bissau; soberania marítima; reforma do setor da segurança; CPLP; África Ocidental.

## Abstract

Guinea-Bissau represents a paradigmatic case of state fragility in West Africa, marked by recurring political instability and limited sovereignty projection. This article examines the relationship between state fragility and maritime sovereignty, assessing the role of Lusophone cooperation in security sector reform. Using a qualitative methodology based on documentary analysis (2010-2025), literature review, and participant observation, it argues that the inability to control the Exclusive Economic Zone (EEZ) constitutes a structural vulnerability factor. It concludes that Lusophone cooperation may contribute to stabilization if embedded in a broader multilateral governance framework.

**Keywords:** Guinea-Bissau; maritime sovereignty; security sector reform; CPLP; West Africa.

Artigo recebido: 31.01.2026

Aprovado: 20.03.2026

<https://doi.org/10.47906/ND2026.173.09>

“A árvore não nega sombra nem ao lenhador.”

## Introdução

Desde a independência, a Guiné-Bissau tem sido marcada por ciclos de instabilidade política e fragilidade institucional. Embora a literatura enfatize sobretudo a dimensão político-militar, a relação entre fragilidade estatal e incapacidade de controlo do espaço marítimo permanece pouco explorada.

Apesar da abundância de análises sobre instabilidade política, a ligação entre soberania marítima e capacidade estatal continua subexplorada. Este artigo procura colmatar essa lacuna, propondo uma análise da fragilidade guineense, orientada pela seguinte pergunta de investigação: de que forma o reforço da soberania marítima, apoiado por mecanismos de cooperação lusófona, pode contribuir para a consolidação da reforma do setor da segurança na Guiné-Bissau?

A partir desta questão, o artigo define três objetivos centrais: (i) analisar a relação entre soberania marítima e fragilidade estatal; (ii) avaliar o papel da cooperação internacional, em particular lusófona; e (iii) identificar limitações estruturais da reforma do setor da segurança.

A Guiné-Bissau enfrenta desafios persistentes desde a sua independência em 1973, reconhecida internacionalmente em 1974<sup>1</sup>. Os primeiros anos pós-independência (1974-1980), sob o PAIGC de Luís Cabral, trouxeram estabilidade relativa, mas semearam rivalidades nas Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Em 1980, o golpe de Nino Vieira depôs Cabral, inaugurando o ciclo de militarização política que marca a Guiné-Bissau: quatro golpes bem-sucedidos e 17 tentativas registadas em 52 anos (Forrest, 1992).

A transição multipartidária de 1991 trouxe esperança, mas espoletou a guerra civil de 1998 (Vieira *versus* Ansumane Mané), exigindo intervenção da CEDEAO. Vieira regressou em 2000, mas foi assassinado em 2009, num ciclo de vinganças militares que incluiu o golpe de 2003 contra Kumba Yalá e a crise pré-eleitoral de 2012. As presidências de José Mário Vaz (2014-2019) e de Umaro Sissoco Embaló (2020-2025) assistiram a ataques ao palácio presidencial (2022), a prisões por corrupção (2023), culminando com a suspensão eleitoral de 2025 após uma alegada tentativa de golpe (Reuters, 2025).

Esta instabilidade crónica tem raízes estruturais: a ausência de classe média estável, a fragmentação étnica, uma economia dependente da castanha de caju (90% exportações) e o narcotráfico como financiamento paralelo das fações militares. O território vasto e costeiro (36 125 km<sup>2</sup>, 85% marítimo) ultrapassa as capacidades atuais

---

1 Reconhecimento internacional da independência após a Revolução dos Cravos em Portugal.

dos ~15 000 efetivos (7 000 formais), evidenciando o défice estrutural de projeção soberana e perpetuando o ciclo.

Como nos recorda um provérbio africano, “quando dois irmãos lutam, é o estrangeiro que herda a terra”, uma máxima que ajuda a compreender como a fragmentação interna tem historicamente aberto espaço à intervenção e influência externas na Guiné-Bissau – do protagonismo da CEDEAO na estabilização à crescente presença da China e Rússia em cooperação militar.

Este artigo propõe uma análise integrada das dinâmicas de segurança nacionais, regionais e internacionais, combinando investigação documental, dados estatísticos atualizados e a experiência direta do autor no país (2024-2026), no âmbito da Cooperação no Domínio da Defesa Portuguesa. Esta análise identifica prioridades estruturais para 2026-2030, tais como: (i) integração de vigilância costeira (radares, VTS); (ii) formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em liderança e operações marítimas; (iii) coordenação interministerial (Defesa-Interior-Pescas); (iv) reformas com monitorização mensurável, passíveis de operacionalização no âmbito lusófono.

## 1. Metodologia

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e explicativa, baseada num estudo de caso: a Guiné-Bissau.

A investigação combina três fontes principais:

- i. análise documental de relatórios institucionais (ONU, CEDEAO, CPLP, FMI, Banco Mundial, UNODC) no período 2010-2025;
- ii. revisão de literatura académica relevante sobre fragilidade estatal, reforma do setor de segurança (SSR) e segurança marítima;
- iii. observação participante, decorrente da experiência do autor no âmbito da cooperação no domínio da defesa portuguesa (2024-2026).

A seleção das fontes documentais privilegiou relatórios com reconhecimento internacional e critérios explícitos: relevância para a SSR e soberania marítima na África Ocidental. Importa distinguir entre evidência empírica (dados e relatórios) e elementos de observação direta, sendo estes últimos utilizados com carácter complementar e interpretativo.

Entre as limitações do estudo destaca-se a escassez de dados estatísticos auditados e o potencial viés associado à observação participante (Yin, 2018).

## 2. Enquadramento teórico

O conceito de fragilidade estatal tem sido amplamente debatido na literatura, sendo frequentemente associado à incapacidade de exercer controlo territorial, fornecer bens públicos e garantir o monopólio legítimo da força (Rotberg, 2003).

No contexto africano, autores como Patrick Chabal e Toby Green (Chabal e Green, 2016) sublinham a importância das dinâmicas históricas e informais na configuração do Estado, desafiando abordagens estritamente institucionalistas.

A governação do setor da segurança é entendida como um processo de transformação institucional que visa assegurar controlo civil democrático, eficácia operacional e respeito pelos direitos humanos (Bryden et al., 2008).

Por sua vez, a soberania marítima insere-se no quadro mais amplo da segurança marítima, que segundo Christian Bueger engloba dimensões militares, económicas e ambientais, sendo particularmente crítica em Estados costeiros frágeis.

No caso da África Ocidental, o narcotráfico é identificado como uma ameaça estrutural à segurança regional, particularmente na Guiné-Bissau (Aning e Pokoo, 2014; Kohl, 2014). Este enquadramento permite analisar a Guiné-Bissau não só como um Estado politicamente instável, mas também como um sistema onde fragilidade institucional e vulnerabilidade marítima se reforçam mutuamente, servindo de base para uma análise empírica nas secções seguintes.

## 3. Fragilidade estatal e arquitetura de segurança

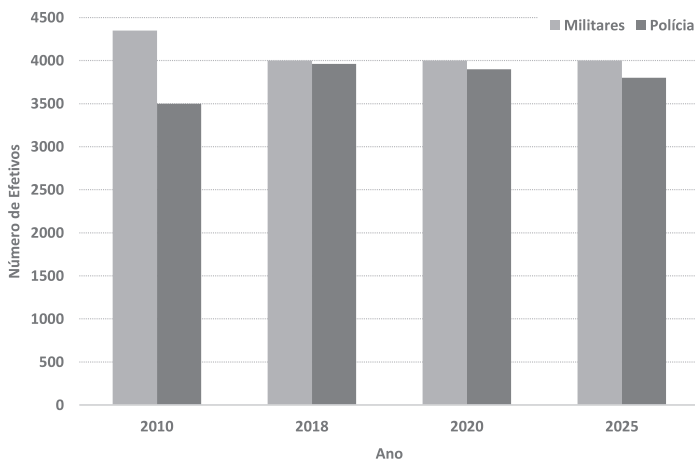
A Guiné-Bissau apresenta limitações estruturais no setor da segurança, incluindo capacidade operacional reduzida, concentração geográfica de forças e fragilidade institucional.

A CEDEAO desempenha um papel estabilizador, enquanto a CPLP se foca essencialmente na formação. No entanto, a ausência de integração operacional limita o impacto destas intervenções.

Os PALOP desenvolveram mecanismos de cooperação político-militar, mas a implementação de uma arquitetura regional eficaz ainda é limitada. Em 2025, as Forças de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau contavam com cerca de 7000 efetivos formais e mais de 8000 elementos sem estatuto oficial (UNIOGBIS, 2025), concentrados em Bissau e setor autónomo dos Bijagós, deixando 85% da Zona Económica Exclusiva sem patrulhamento efetivo.

O gráfico da figura 1, baseado em dados ONU e CEDEAO, evidencia esta tendência: dos 6 800 efetivos em 2010, o total ascendeu a 15 000 em 2025, mas com oscilações significativas pós-golpes (queda em 2012, pico em 2022). Estes números – 9 efetivos/1 000 habitantes *versus* média africana de 3 – mascaram efetivos “fantasmas” e concentração territorial.

**Figura 1**  
**Evolução do efetivo militar e policial na Guiné-Bissau (2010-2025)**  
Baseado em dados da ONU e da CEDEAO



A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS) tem desempenhado um papel central na mediação política e na estabilização do país. Combina as dimensões económica, política e de segurança, distinguindo-se por uma atuação mais interventiva e pragmática do que a União Africana. Em termos de integração institucional e económica, apresenta menor profundidade do que a União Europeia, mas compensa com uma capacidade de intervenção operacional exemplificada pela Stabilisation Support Mission in Guinea-Bissau (SSMGB), que integra Forças da Nigéria, Senegal, Togo, Costa do Marfim e Gana (ECOWAS, 2025).

A Escola de Formação Militar General Biaguê Clussé Na N'Tan (Cumeré) representa o principal esforço nacional de capacitação, muito embora dependente de apoio externo, devido à fragilidade das estruturas superiores. Estes programas enfrentam ainda três obstáculos estruturais relevantes que comprometem a operacionalidade, nomeadamente: (1) carências logísticas (subnutrição); (2) ausência de *governance* (ou governação) (17 eventos golpistas desde 1974); e (3) rotatividade de 30% – comprometendo a operacionalidade (dados do autor 2024-2026). Esta rotatividade resulta em dependência crónica de externos, anulando os investimentos (ECOWAS, 2025) em capacitação. Esta dependência externa sugere uma profissionalização via incentivos salariais indexados a missões marítimas críticas – patrulhas costeiras e vigilância da ZEE – complementados por certificação CPLP reconhecida em todo o espaço lusófono.

A vantagem comparativa lusófona reside na língua comum e nas experiências partilhadas entre PALOP, permitindo criar uma *pool* integrada de ativos navais e projetando uma capacidade naval coletiva que rivaliza com a presença da CEDEAO. Tal arquitetura operacional lusófona poderia transformar vulnerabilidade em ativo coletivo lusófono, como pré-condição para a aplicabilidade da SSR.

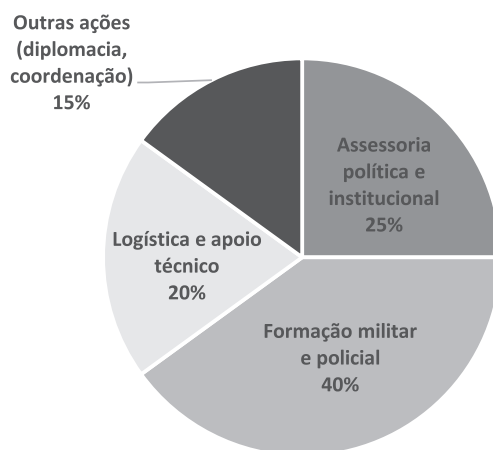
#### 4. A CPLP e a segurança no espaço lusófono: estudo de caso da Guiné-Bissau

A CPLP tem desempenhado um papel crescente, embora ainda subaproveitado, na formação de quadros militares e civis guineenses, complementando o apoio reativo da CEDEAO com uma abordagem estrutural de longo prazo. Portugal assumiu protagonismo central através de programas de capacitação direta – com o autor envolvido em missões no terreno (2024-2026) – focando liderança intermédia, justiça militar e patrulhamento costeiro na Escola de Cumeré (Ministério da Defesa Nacional, 2025).

Efetivamente, a intervenção da CPLP na segurança da Guiné-Bissau (2010-2025) revela esta evolução: a formação representa 65% das ações (cursos Portugal/Brasil), seguida de assessoria política (20%) e logística (15%). O crescimento exponencial pós-2020 – triplicando a capacitação face a 2010-2015 – demonstra viabilidade lusófona, embora limitada por falta de integração operacional entre os PALOP.

Figura 2

Intervenção da CPLP na segurança da Guiné-Bissau (2010-2025) – percentagem de ações: formação militar e policial, assessoria política e institucional, logística e apoio técnico, outras ações (CPLP, 2023)



Sem interferir em orientações ministeriais nacionais, os sectores intermédios (capitães, diretores de logística) beneficiariam de intercâmbio permanente: oficiais guineenses em estágios nas cidades de Luanda e Maputo, equipas portuguesas em Bubaque, entre outras. Esta colaboração prática – de pessoas e bens – projetaria capacidade lusófona autónoma, rivalizando com a presença da CEDEAO. Adicionalmente, a coordenação administrativa em Educação, Saúde, Defesa e Segurança enfrenta riscos inerentes ao desnível socioeconómico nos PALOP: Guiné-Bissau (PIB *per capita* de 800 €) *versus* Portugal (28 000 €). Fluxos migratórios internos ou dependência excessiva poderiam gerar tensões locais nos Bijagós, onde comunidades sensíveis à presença externa já manifestam apreensão. Contudo, estes riscos são mitigáveis através de protocolos claros em vigor: isenção fiscal para formadores na CPLP, quotas locais em projetos (70% mão-de-obra guineense), monitorização conjunta da CEDEAO-CPLP. Tal governação partilhada fortaleceria historicamente os PALOP, posicionando a lusofonia como ator securitário credível face a potências extrarregionais.

Neste contexto, o arquipélago dos Bijagós emerge como *hub* estratégico natural: localização central (rotas do narcotráfico), pista de Bubaque apta para aviões C-295 portugueses e portos naturais para patrulheiras angolanas (CPLP, 2024). Um Centro de Excelência da CPLP aliado à formação no Cumeré permitiria:

- Rotação anual de oficiais PALOP;
- Simulações realistas narcotráfico/*IUU fishing*;
- Integração VTS com Cabo Verde/Senegal.

Esta abordagem operacional – ancorada na língua e história partilhadas – representa uma pré-condição-chave para a projeção lusófona, analisada nas secções seguintes onde se abordam os atores internacionais e as ameaças transnacionais.

## 5. Presença de atores internacionais

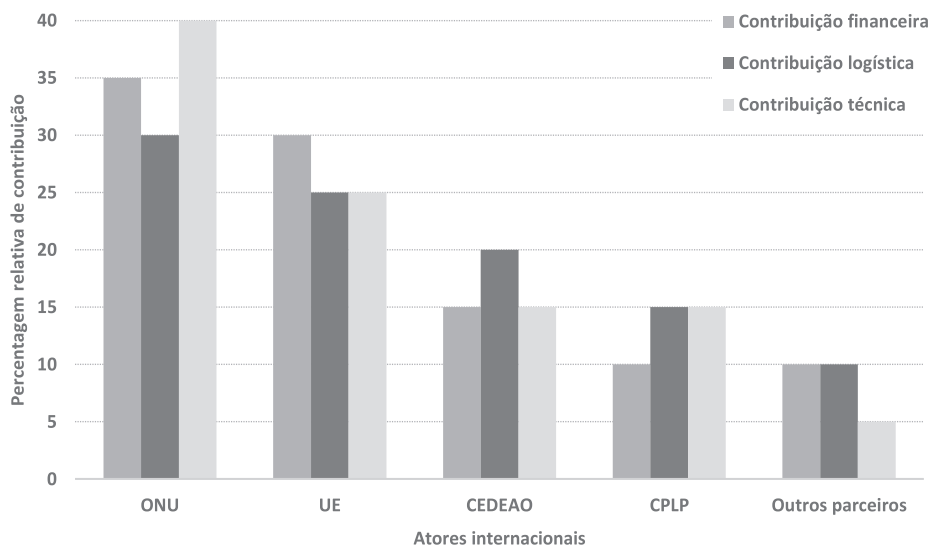
A comunidade internacional presente na Guiné-Bissau é composta por diversos atores, cada um com particularidades próprias ainda não completamente caracterizadas. A comunidade portuguesa revela-se por vezes fragmentada, possivelmente pela ausência de um elemento agregador interno, como uma associação, por exemplo. De forma mais ampla, observa-se que muitos estrangeiros enfrentam dificuldades em implementar projetos e atividades de forma estável.

Estudos indicam receios dos locais face ao investimento externo, devido preponderantemente à desigualdade económica e influência de fatores históricos (FML, 2025). Por conseguinte, qualquer iniciativa internacional deverá ser equacionada com transparência, inclusão e respeito pelas dinâmicas culturais e socioeconómicas locais.

As ONGD, por sua vez, deparam-se com burocracia complexa, taxas elevadas e práticas opacas, comprometendo a credibilidade institucional. O quadro legislativo nacional permanece caótico e inconsistente, sem repositórios confiáveis de legislação organizada. Estas circunstâncias levam, frequentemente, pessoas e organizações a recorrer a esquemas pouco transparentes.

Excetuando Portugal, os países com acordos bilaterais tendem a priorizar os seus interesses económicos, procurando acesso a recursos naturais, muitas vezes em detrimento do património do país e com impactos negativos sobre o ecossistema.

**Figura 3**  
**Participação de atores internacionais na segurança da Guiné-Bissau:**  
**contribuições financeiras, logísticas e técnicas (SIPRI, 2025)**



A figura 3 evidencia o mosaico complexo de interesses convergentes e concorrentes. A ONU (UNIOGBIS) lidera em financiamento (35%), mas com impacto político limitado. A CEDEAO domina logisticamente via SSMGB (25%, com contingentes com 1 200 efetivos), enquanto a UE se foca em reformas técnicas (25% formação). China e Rússia (SIPRI Arms Transfers, 2025) crescem exponencialmente no período pós-2020. Ambos os países contribuem com 10% cada (bases logísticas, armamento leve), desafiando a influência ocidental. Portugal/CPLP (8%) destaca-se em formação qualificada, mas numericamente modesta.

Para além da dimensão securitária e económica, existem transformações socioculturais associadas a dinâmicas religiosas, cuja análise requer investigação empírica adicional, sobretudo no que respeita à saúde pública, uma vez que conflitos culturais desafiam a integração de quaisquer reformas (Bryden et al., 2008).

- ONU: Missão UNIOGBIS para paz e consolidação democrática;
- UA e CEDEAO: Mediação e prevenção de conflitos;
- UE: Apoio técnico e financiamento de reformas;
- China e Rússia: Cooperação militar e diplomática estratégica.

## 6. Direitos humanos e legitimidade

A legitimidade institucional depende da articulação entre segurança e respeito pelos direitos humanos. A ausência de mecanismos eficazes de controlo civil limita o impacto das reformas e fragiliza o contrato social.

Relatórios da Liga Guineense dos Direitos Humanos documentam detenções arbitrárias, restrições à imprensa e intimidação política. A integração de direitos humanos no setor de segurança é crucial para a legitimidade do Estado e para o sucesso das reformas. Os militares e as Forças de Segurança continuam a desempenhar um papel relevante no quotidiano do país, em contexto de enormes diferenças sociais, marcado pela ausência de uma classe média forte e estável – os 10% mais ricos concentram 45% do rendimento nacional. Este fator, aparentemente contraditório, oferece alguma estabilidade, mas também tende a afastar adversários políticos e visões alternativas, que poderiam contribuir para soluções testadas e eficazes.

O modelo político importado revela desalinhamento cultural (PAIGC inspirado pelo multipartidarismo europeu *versus* realidades étnicas), amplificando as fraturas já existentes herdadas dos conflitos pós-descolonização com o Senegal e a Guiné-Conacri. A maioria dos líderes carece de formação académica profunda sobre as principais etnias (Balantas: ~30%; Fulas: ~22%; Mandinkas: ~14%) e sobre a geografia estratégica do país (85% de território marítimo). A ausência de liderança híbrida – académicos com legitimidade étnica e conhecimento territorial – resulta em políticas desconectadas: os comandos militares concentrados em Bissau ignoram a realidade do arquipélago dos Bijagós, enquanto as rivalidades Balanta-Mandinka alimentam clientelismos que fragilizam a cadeia de comando. Num país onde 90% da economia depende da castanha de caju e o narcotráfico financia fações paralelas, este défice de governação cultural contribui para vulnerabilidades estruturais a uma soberania formal sem capacidade real.

Os processos judiciais – críticos para legitimar a segurança – operam num vácuo legislativo arcaico, sem salvaguardas efetivas contra potenciais abusos. Tribunais sem presença nos Bijagós, prazos de detenção indefinidos e falta de formação em direitos humanos criam um círculo vicioso documentado (Relatórios da Liga Guineense dos Direitos Humanos, UNIOGBIS, 2025): a ausência de *accountability* alimenta o narcotráfico e a emigração ilegal. Sem integração da área dos direitos humanos nas Forças Armadas, a Guiné-Bissau permanece num equilíbrio precário de Estado falhado funcional: sobrevive através de intervenções externas, mas incapaz de projetar uma soberania própria.

Perante um modelo político desadequado, as matrizes culturais e políticas herdadas em contexto de conflitualidades históricas com países vizinhos decorrentes da descolonização exigem que a Guiné-Bissau desenvolva um modelo próprio, baseado em líderes bem preparados academicamente e com conhecimento profundo das principais etnias e do território. Uma possível abordagem poderia passar por conferir autonomia administrativa a determinados setores. Considerando que os processos judiciais são críticos para a justiça, os dados sugerem que a implementação de um modelo legislativo atualizado poderia contribuir para a salvaguarda dos direitos humanos e a segurança de todos.

## **7. Soberania marítima e ameaças transnacionais**

A incapacidade de controlo da ZEE facilita a atuação de redes transnacionais, incluindo narcotráfico, pesca ilegal e migração irregular. Este contexto revela um desfasamento entre a dimensão do espaço marítimo e os meios disponíveis, constituindo um fator estrutural de vulnerabilidade estatal.

Apesar da sensibilidade inerente ao tema, a análise exige frontalidade objetiva para produzir dissuasão efetiva e um posicionamento institucional inequívoco. A Guiné-Bissau consolidou-se como entreposto estratégico na rota global América Latina-Europa, com o Gabinete da ONU contra Drogas e Crime (UNODC) a estimar que 50 toneladas de cocaína (UNODC, 2025) transitaram pelas suas águas entre 2010 e 2025, representando um valor de rua superior a 2500 milhões de euros. Este fluxo massivo corrói as instituições desde a base: os aeroportos civis de Bissau e Bubaque funcionam como rampas de carga expedita, os portos tradicionais de Cacheu e Farim facilitam desembarques discretos sob cobertura noturna, enquanto existem indícios documentados de cumplicidade institucional em elites político-militares (UNODC, 2025; Green e Chabal, 2016).

Figura 4

**Rotas de tráfico transnacional e impactos regionais – fluxos baseados em UNODC e relatórios regionais**

**Principais impactos regionais:**

- Financiamento de redes criminosas
- Corrupção e fragilização institucional
- Instabilidade regional
- Pressão sobre sistemas de justiça e saúde



Aproximadamente 90% do fluxo de cocaína com origem na América Latina e com destino à Europa passa pelo corredor Bijagós-Cabo Verde (UNODC World Drug Report, 2025), ramificando-se posteriormente para o Senegal e o Mali, onde se cruza com redes da Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI). Encerrar esta brecha estratégica ilustra como a vulnerabilidade geográfica amplifica riscos regionais (UNODC, 2025), sugerindo coordenação multilateral ao longo de todo o circuito operacional: Colômbia na origem dos carregamentos, Portugal e Espanha nos pontos de destino, Senegal a absorver os impactos regionais imediatos.

O território nacional, com os seus 36 125 km<sup>2</sup> de área terrestre, mas sobretudo os seus 350 000 km<sup>2</sup> de Zona Económica Exclusiva, revela-se demasiado vasto e geograficamente fragmentado para permitir vigilância eficaz pelas atuais quatro patrulheiras obsoletas de que dispõe a Marinha guineense. Esta vulnerabilidade geográfica estrutural combina-se com um diferencial salarial devastador – 40 euros mensais para um soldado raso contra narco-bónus que podem ascender aos 40 000 euros por tonelada movimentada – instituições securitárias frágeis cronicamente assoladas por polícias paralelas não controladas e a interrupção sistemática de operações por consequência dos 17 eventos golpistas registados desde 1974. Embora o consumo interno de drogas permaneça marginal na população guineense, o tráfico constitui uma fonte de financiamento paralelo que corrói progressivamente a própria soberania estatal, criando economias criminais autónomas mais poderosas que o erário público.

Além do narcotráfico propriamente dito, este fenómeno funciona como catalisador de ameaças em cascata que multiplicam exponencialmente a vulnerabilidade nacional em múltiplas dimensões. A emigração ilegal atinge os 3000 migrantes anuais oriundos dos Bijagós com destino a Espanha (Frontex, 2025), integralmente financiada por *passseurs* estreitamente ligados às redes narcotraficantes que controlam as embarcações rápidas. A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU) provoca perdas estimadas em 100 milhões de euros anuais (FAO, 2024), correspondentes a cerca de 80% do *stock* de atum nas águas guineenses, cujos proventos revertem diretamente para organizações criminosas transnacionais.

Registam-se fluxos documentados de tráfico humano, principalmente mulheres oriundas da Guiné-Conacri com destino à Europa, passando por Bissau como *hub* logístico, e um risco terrorista em crescendo, materializado nas ligações à AQMI-Mali através do perigoso corredor Mali-Senegal-Bijagós, conforme os alertas emitidos pelo UNODC em 2024.

Um princípio simples poderia consistir em comprometer os governos a um modelo de governação para o uso em contexto marítimo, por 10 a 15 anos, sujeito a ligeiros ajustes durante o processo de implementação. A liderança desta estratégia poderia ser atribuída à Marinha Portuguesa (MDN) ou à Unidade de Controlo Costeiro e de Fronteiras (UCCF), vulgo Brigada Costeira (Guarda Nacional Republicana), garantindo assim credibilidade e efeito dissuasor, beneficiando do carácter militar e de segurança da força envolvida.

Numa perspetiva de governação marítima de médio/longo prazo, a MDN oferece credibilidade dissuasora intrínseca pelo seu carácter estritamente militar, embora severamente limitada pelos seus 600 marinheiros efetivos. Já a Brigada Costeira da Guarda Nacional apresenta maior capilaridade territorial nos Bijagós, mas menor projeção de força dissuasora em alto mar. Esta dicotomia operacional estrutural evidencia a necessidade de liderança híbrida supervisionada por instâncias multilaterais, capaz de coordenar de forma integrada os ministérios da Defesa, Interior, Pescas, Transportes e Ambiente num comando unificado – requisito estrutural indispensável para enfrentar a escala e a complexidade das ameaças transnacionais aqui diagnosticadas.

## 8. Cooperação internacional

A cooperação internacional assume múltiplas formas, desde o apoio técnico até à intervenção direta. A cooperação lusófona apresenta vantagens específicas, nomeadamente linguísticas e culturais. Contudo, os dados sugerem que iniciativas predominantemente formativas têm impacto limitado quando não acompanhadas por reformas institucionais estruturais.

Portugal representa uma mais-valia estratégica e histórica para a Guiné-Bissau na área da Defesa, comprovada por três décadas de cooperação militar ininterrupta que produziram resultados tangíveis na profissionalização das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Os anos de 2024 e 2025 marcaram um ponto de inflexão qualitativa, com o envio sistemático de equipas portuguesas de capacitação para o terreno em domínios críticos: saúde militar de campanha, engenharia de combate, liderança intermédia, justiça militar operacional, padrão de lancha rápida e táticas costeiras. Esta intensificação reflete não só o compromisso político português, mas também a experiência adquirida em ambientes operacionais complexos como os PALOP, onde a ligação linguística e cultural constitui vantagem competitiva decisiva.

A língua portuguesa funciona simultaneamente como elo facilitador e limitação estrutural: a comunicação fluida e direta entre instrutores lusófonos e formandos guineenses permite progressão consistente nos programas, eliminando barreiras culturais que afetam parcerias anglófonas ou francófonas. Crucialmente, esta compreensão mútua salvaguarda dois vetores essenciais – segurança física dos formandos durante exercícios reais e preservação do erário público através da correta operação de equipamentos transferidos. Episódios recentes de mau uso de material chinês ou turco, por falta de manuais adequados, sublinham esta mais-valia lusófona.

Além de Portugal, a Guiné-Bissau atraiu parceiros diversificados com agendas distintas. A Rússia fornece armamento leve e formação em guerra eletrónica, aproveitando contactos históricos do PAIGC; Marrocos investe em infraestruturas militares costeiras nos Bijagós, visando influência no Atlântico Sul; a Turquia entrega drones Bayraktar (SIPRI, 2025) e forma equipas de UAV em troca de castanha de caju; a França mantém presença discreta via DGSE, focada em inteligência antinarcóticos e ligações ao Sahel. Cada ator privilegia interesses nacionais específicos, frequentemente em tensão com os objetivos guineenses de longo prazo.

Modelos liderados por Portugal evidenciam vantagens, como a continuidade e a *governance*, contudo limitados financeiramente. Esta lacuna pode ser rentabilizada através de memorandos de entendimento multilaterais que explorem as sinergias já mencionadas: militares guineenses já operam sistemas russos, turcos e marroquinos, criando capital humano único para triangulações operacionais.

- Norte-Sul: EUA, UE, ONU – financiamento e formação técnica;
- Sul-Sul: Brasil, África do Sul, Angola – experiências contextuais similares.

O sucesso desta cooperação depende fundamentalmente da capacidade institucional guineense de absorção e aplicação destes apoios. A atual rotatividade de 30% dos formados em dois anos, conjugada com purgas pós-golpistas e clientelismo étnico, anula investimentos milionários em capacitação. Sem Reforma do Setor de

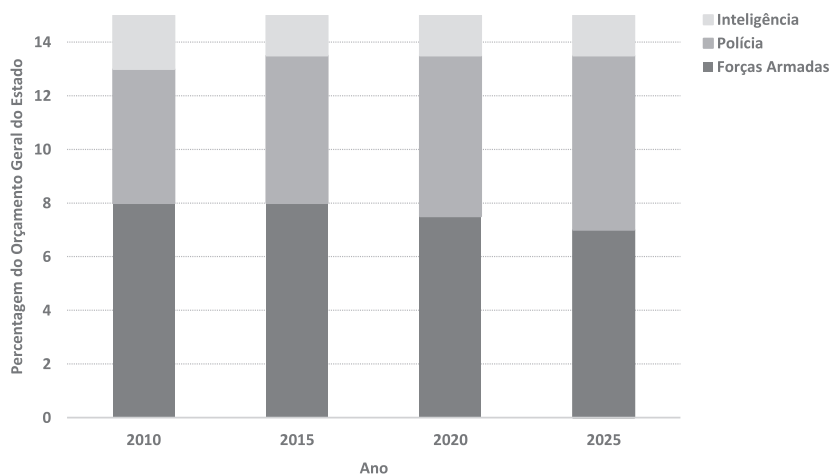
Segurança (RSS) prévia – controlo civil do orçamento militar, retenção incentivada, cadeia de comando estável – a cooperação internacional permanece exógena e efémera, incapaz de traduzir formação técnica em soberania operacional sustentável.

### 9. Reformas no setor da segurança e governação democrática

A Reforma do Setor de Segurança constitui, assim, o instrumento vital para romper o ciclo de fragilidade estatal diagnosticado ao longo deste artigo, consolidando uma governação democrática efetiva capaz de projetar soberania sobre os 85% de território marítimo guineense. Contudo, três obstáculos estruturais impedem até hoje o sucesso desta reforma essencial:

Financiamento insuficiente e mal alocado. O contributo para a segurança nacional, que representa cerca de 20% do PIB, prioriza despesas correntes sobre o investimento operacional crítico. A figura 5 revela esta crónica desproporção: as Forças Armadas absorvem consistentemente 50-65% dos recursos, enquanto a Polícia (25-35%) e a Inteligência (10-15%) disputam restos insuficientes. Esta estrutura herdada privilegia a manutenção de efetivos sobre as capacidades navais e tecnológicas, limitando a vigilância da ZEE a capacidades dérmicas.

**Figura 5**  
**Distribuição orçamental e reformas do setor de segurança (2010-2025) –**  
**percentagem de orçamento por setor (Polícia, Forças Armadas, Inteligência)**  
**(Banco Mundial, 2023)**



Ausência de controlo civil robusto. O Parlamento guineense carece de capacidade técnica e política para fiscalizar efetivamente o orçamento militar ou impor *accountability* às Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Os acontecimentos de novembro de 2025 – suspensão do processo eleitoral após alegada tentativa golpista – constituíram a demonstração paradigmática desta tutela castrense sobre as instituições democráticas, revertendo progressos constitucionais acumulados desde 2012.

Resistência institucional das elites militares. O alto comando das FARP opõe-se sistematicamente às RSS, percebidas como ameaça direta ao estatuto privilegiado consolidado ao longo de quatro décadas de intervenção política. Esta inércia corporativa bloqueia a transição de militares e atores políticos para efetivos técnicos especializados em narcotráfico e soberania marítima.

A implementação de qualquer RSS enfrenta dois condicionantes estruturais únicos à Guiné-Bissau. Primeiro, os 85% de território marítimo requerem capacidades navais inexistentes: quatro patrulheiras obsoletas não cobrem 350 000 km<sup>2</sup> de ZEE, na qual circulam anualmente 50 toneladas de cocaína (UNODC). Segundo, a fragmentação étnica persistente – Balantas (30%), Fulas (22%), Mandinkas (14%) – fratura a cadeia de comando, alimentando clientelismos que comprometem operações conjuntas (FMI, 2025).

Estes desafios, bem identificados por quem atuou no terreno, exigem soluções emergentes da própria sociedade guineense, combinando imaginação local com inovação adaptada à realidade. A determinação, coragem e resiliência do povo guineense, demonstradas ao longo de 52 anos de crises sucessivas, tornam esta nação particularmente merecedora de apoio internacional seletivo e condicionado ao sucesso das reformas internas.

A posição geoestratégica da Guiné-Bissau oferece potencial. A construção estratégica de infraestruturas duplamente úteis pode mitigar limitações imediatas: portos modernizados nos Bijagós simultaneamente fiscalizam narcotráfico e dinamizam pescas legais; pistas aeroportuárias ampliadas em Bubaque apoiam tanto vigilância VTS como emergência médica; centros de formação de Cumeré dotados de dormitórios e refeitórios retêm talentos militares e civis.

Os líderes guineenses devem considerar o valor dos recursos nacionais – posição geoestratégica no Atlântico, experiência militar multicultural, acesso privilegiado a parceiros lusófonos e à CEDEAO – para avaliar apoios externos segundo critérios consensuais, pragmáticos e estratégicos. Apoios descoordenados ou motivados por interesses unilaterais, eventualmente os casos da China, Rússia ou Turquia, agravam as dependências; parcerias multilaterais bem articuladas (CPLP-UE-CEDEAO) multiplicam o impacto.

Assim, o sucesso de quaisquer RSS exige três condições prévias, como comprovado pelas RSS implementadas com êxito em Cabo Verde (CPLP, 2024):

- Compromisso político interno acima de ciclos eleitorais;
- Coordenação interministerial Defesa-Interior-Pescas-Ambiente;
- Monitorização externa independente com sanções vinculativas.

Sem estas bases sólidas, a Guiné-Bissau permanecerá num equilíbrio precário de soberania aparente, incapaz de converter resiliência popular em capacidade estatal projetável. Esta análise estrutural das RSS – ancorada nos obstáculos financeiros, institucionais e contextuais específicos – constitui um fundamento indispensável para as recomendações operacionais concretas apresentadas na secção seguinte.

## 10. Recomendações estratégicas

### 1. Vigilância costeira integrada.

A instalação de equipamentos de vigilância, como o Sistema Costa Segura, é altamente relevante para a recolha de informações e a automatização de procedimentos, constituindo a base para a implementação de um modelo que identifique com clareza os perigos e os riscos, bem como os recursos efetivamente a proteger, reforçando simultaneamente a salvaguarda da vida humana no mar.

### 2. O mar como eixo de desenvolvimento e segurança.

O controlo efetivo das atividades económicas associadas ao mar permite que a população piscatória recupere a confiança nas estruturas do Estado e, dessa forma, colabore em dimensões essenciais da segurança, nomeadamente na identificação de atores criminosos que adulterem e a delapidem os recursos da Guiné-Bissau.

### 3. Profissionalização das Forças de Defesa e Segurança.

Os militares e as Forças de Segurança constituem um pilar fundamental do Estado regulador e fiscalizador. É essencial equipar condignamente estes homens e mulheres, conferindo-lhes a dignidade, a confiança e os meios necessários ao desempenho de missões que, pela sua natureza, comportam elevados níveis de risco.

### 4. Fiscalização judicial dos Direitos Humanos.

Para além de uma legislação coerente e robusta, torna-se imprescindível formar e sensibilizar todo o sistema judicial, bem como as Forças de Segurança, para o cumprimento rigoroso de normas que garantam aos infratores um tratamento justo e equitativo, preservando os princípios fundamentais, em particular o da presunção de inocência.

### 5. CPLP como catalisador marítimo nos PALOP.

Os PALOP partilham múltiplos elementos estruturantes, designadamente a língua comum e o espaço marítimo. As diferenças existentes no nível de

desenvolvimento das Forças Militares entre os vários países são significativas, mas podem ser mitigadas através de uma política de cooperação efetiva, assente na integração regular de militares em exercícios conjuntos e em operações combinadas.

## Conclusão

A análise confirma a Guiné-Bissau como um caso paradigmático de fragilidade estatal geoestratégica na África Ocidental, caracterizada pela intersecção entre instabilidade política crónica – quatro golpes bem-sucedidos e 17 tentativas desde 1974, culminando na suspensão eleitoral de 2025 –, défice estrutural de capacidades (15 000 efetivos para 350 000 km<sup>2</sup> de ZEE) e exposição a ameaças transnacionais.

O domínio marítimo constitui o eixo crítico desta vulnerabilidade, onde circulam anualmente 50 toneladas de cocaína (UNODC, 2025), a pesca IUU gera perdas de 100 milhões de euros (FAO, 2024) e cerca de 3 000 migrantes partem ilegalmente dos Bijagós (Frontex, 2025). Esta incapacidade de controlo efetivo dos 85% de território marítimo perpetua um ciclo em que narcotráfico financia fações paralelas, a rotatividade de 30% anula investimentos em formação e a alocação orçamental desequilibrada (Forças Armadas 50-65% – figura 5) limita as capacidades navais.

A cooperação lusófona (CPLP) destaca-se pela mais-valia linguística e histórica, representando 65% das ações de formação CPLP (2023), mas o seu impacto permanece condicionado à ausência de uma Reforma do Setor de Segurança prévia: controlo civil democrático, retenção de quadros e integração efetiva dos direitos humanos, num contexto de aumento de 40% nas detenções arbitrárias (LGDH, 2023-2025).

Em síntese, os resultados principais são os seguintes:

1. A vigilância marítima integrada constitui uma pré-condição para reduzir a exposição transnacional e projetar uma soberania efetiva;
2. A articulação CPLP-CEDEAO pode mitigar as assimetrias operacionais e potenciar capacidades regionais;
3. Uma RSS ancorada em governação democrática é indispensável para converter resiliência popular em capacidade estatal sustentável.

Sem uma coordenação multilateral estruturada, o equilíbrio precário persiste, agravado pela fragmentação étnica e a tutela castrense sobre as instituições civis. Contudo, a resiliência guineense comprovada, a posição geoestratégica no Atlântico e o capital humano lusófono oferecem alavancas concretas para uma trajetória

de transformação estrutural, desde que suportada por políticas públicas consistentes e parcerias seletivas.

*Em memória do BGEN Mama Jaquité, Diretor-Geral de Política da Defesa Nacional da Guiné-Bissau, falecido a 7 de dezembro de 2025. Um exemplo para todos os guineenses. Deus o guarde!*

## Referências

- African Union (2024) *Relatório Anual sobre Paz e Segurança*. Adis Abeba: African Union.
- Aning, K., e Pokoo, J. (2014) Understanding the nature and threats of drug trafficking to national and regional security in West Africa. *Stability: International Journal of Security & Development*, 3(1), 1-13.
- Banco Mundial (2023) *Guiné-Bissau: Notas de Políticas Públicas*. Washington, D.C.: World Bank.
- Bryden, A., N'Diaye, B., e Olonisakin, F. (eds.) (2008) *Challenges of security sector governance in West Africa*. Berlim: Lit Verlag.
- Bueger, C. (2015) What is maritime security? *Marine Policy*, 53, 159-164.
- CEDEAO (2025) *Relatórios SSMGB*. Abuja: ECOWAS.
- Chabal, P., e Green, T. (2016) *Guinea-Bissau: From nation-state to narco-state?* Londres: Hurst.
- CPLP (2023) *Plano de Acção Paz e Segurança*. Lisboa: CPLP.
- CPLP (2024) *Relatório Cooperação Defesa PALOP*. Lisboa: CPLP.
- de Sousa, R.R.P., Herpolsheimer, J., e Cuadrado, J. (Eds.) (2025) *Political Instability in Guinea-Bissau*. 1st edn. Londres: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003467243>
- FAO (2024) *Estado Mundial da Pesca e Aquicultura*. Roma: FAO.
- FMI (2025) *Guiné-Bissau: Consulta Artigo IV*. Washington, DC: IMF.
- Forrest, J (1992) *Guinea-Bissau: Power, conflict, and renewal in a West African nation*. Boulder, CO: Westview Press.
- Frontex. (2025) *Risk Analysis Mediterranean Routes*. Varsóvia: Frontex.
- Kohl, C. (2014) *The reform of Guinea-Bissau's security sector*. PRIF Reports No. 126. Frankfurt: Peace Research Institute Frankfurt.
- LGDH (2025) *Relatório Anual Direitos Humanos Guiné-Bissau*. Bissau: Liga Guineense dos Direitos Humanos.

- Ministério da Defesa Nacional (2025) *Relatório Cooperação Defesa Guiné-Bissau*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Reuters (2025) Guinea-Bissau election suspension after coup attempt, 27 de novembro. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/guinea-bissau-election-commission-says-cannot-conclude-presidential-election-2025-12-02/> (Acedido em: 15 de janeiro de 2026).
- Rotberg, R. (2003) Failed states, collapsed states, weak states. In: Rotberg, R. (ed.) *State failure and state weakness in a time of terror*. Washington, D. C.: World Peace Foundation.
- SIPRI (2025) *Arms Transfers Database*. Estocolmo: SIPRI.
- UNIOGBIS (2025) *Relatório Final Missão*. Nova Iorque: ONU.
- UNODC (2025) *World Drug Report*. Viena: UNODC.
- US Departmente of Defense (2025) *IMET Annual Report Africa*. Washington, D.C.: Departmente of Defense.
- Yin, R.K. (2018) *Case study research*. 6th edn. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

